



1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 85.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1.987
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Cândido Bastos e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acyr Mezzadri, Homero Oguido e Rafael Greca (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Estão em votação as Atas que acabam de ser lidas. - (Aprovadas).

O SR. PEDRO TONELLI -(Pela Ordem) Solicito verificação de votação das Atas, Sr. Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal

dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e cinco Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

A Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida a verificação de votação das Atas)

Aprovadas as Atas.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI QUE INSTITUIU A LOTERIA ESPORTIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 1.^o - Fica instituída a Loteria Esportiva do Estado do Paraná, para a exploração, em qualquer parte do território Estadual, de todas as formas de concursos de prognósticos esportivos.

§ 1.^o - Será dado ênfase aos campeonatos e torneios de futebol promovidos pela Federação Paranaense de Futebol, com a participação de clubes ou associações profissionais ou amadoras.

§ 2.^o - Considera-se concurso, para os efeitos desta Lei, o conjunto de prognósticos sobre o resultado de uma série de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, em número não inferior a 13 (treze), com realização prevista para data prefixada.

Art. 2.^o - Fica o Serviço de Loterias do Estado do Paraná incumbido de dar execução aos serviços relacionados com concursos de prognósticos esportivos.

Art. 3.^o - A renda líquida obtida com a exploração da Loteria Esportiva do Estado do Paraná será, obrigatoriamente, destinada a aplicações de caráter esportivo e de aprimoramento físico e será distribuída de acordo com programação expedida pelo Poder Executivo, observadas as seguintes taxas:

a) 40% (quarenta por cento) para pro-

gramas desenvolvidos pela Secretaria de Estado do Esporte;

b) 40% (quarenta por cento) para clubes ou associações de futebol, profissionais ou amadores, filiados à Federação Paranaense de Futebol;

c) 20% (vinte por cento) para programas desenvolvidos pelos Municípios do Estado do Paraná.

Art. 4º - O Serviço de Loterias do Estado do Paraná poderá realizar concursos de prognósticos esportivos, cujas respectivas rendas líquidas terão destinação especial e específica.

§ 1º - A renda líquida de pelo menos 1 (um) concurso de prognósticos esportivos será destinada ao custeio da realização do Campeonato Paranaense de Futebol da 1ª Divisão de Profissionais, organizado pela Federação Paranaense de Futebol.

§ 2º - A renda líquida de pelo menos 1 (um) concurso de prognósticos esportivos será destinada ao custeio da realização do Campeonato Paranaense de Futebol da 2ª Divisão de Profissionais, organizado pela Federação Paranaense de Futebol.

§ 3º - A renda líquida de pelo menos 1 (um) concurso de prognósticos esportivos será destinada ao custeio da realização da Taça Paraná, organizada pela Federação Paranaense de Futebol.

Art. 5º - Considera-se a renda líquida, para os efeitos desta Lei, a que resultar da arrecadação do concurso, reduzidas as parcelas destinadas ao custeio e manutenção da Loteria Esportiva do Estado e ao pagamento dos prêmios e do Imposto de Renda.

Art. 6º - Esta Lei deverá ser regulamentada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar a data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) Ferrari Júnior.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, conforme faculta o Regimento Interno da Casa, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 203/87, de minha autoria, que declara de Utilidade Pública a Federação de Associações de Moradores do Paraná - FAMOPAR.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvindo-se o Douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto nº 112/87, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução nº 47/87.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 236/87, oriundo da Mensagem nº 77/87, que objetiva instituir a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, entidade autárquica, resultado da incorporação das Escolas de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical, como específica.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições, propõe a este Egrégio Plenário, a criação de uma Comissão formada por 3 (três) deputados, representantes da região do Norte Pioneiro, com a finalidade de dirigirem-se a São Paulo, para que, em audiência com o Secretário de Estado dos Transportes daquele Estado, reivindicuem o asfaltamento da Rodovia PR-272, no trecho compreendido entre a divisa do Estado do Paraná até a Cidade de Itaporanga-SP, numa extensão aproximada de 7 (sete) quilômetros.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Comunico que o ex-Governador Leonel Brizola não poderá estar presente à sessão desta Casa de Leis, marcada para o próximo dia 15 de outubro, quando receberia o Título de Cidadão Honorário do Paraná, em razão de viagem do mesmo ao Senegal.

Em razão disso, solicito de Vossa Excelência o cancelamento da referida sessão solene.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata de trabalhos de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Plínio Stadler, pessoa de família tradicional de Palmeira.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de sua esposa, Senhora Idalina Mezzadri Stadler, residente em Cantagalo - município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ACYR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembleia Legislativa, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valdo Luchemeyer, ocorrido no dia 10 do corrente mês de setembro, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, dando-se ciência deste requerimento a Senhora Maria Ana Luchemeyer, viúva do extinto, em Santo Antônio do Sudoeste, bem como ao Vereador Elío Alovizi, genro do mesmo, na Câmara Municipal de Pérola do Oeste.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Valdo Luchemeyer foi um dos pioneiros da Região Sudoeste, muito tendo contribuído para o seu desenvolvimento. Comerciante, ex-vice-Prefeito e ex-Vereador do município de Pérola d'Oeste, atualmente residia em Santo Antônio do Sudoeste, onde igualmente possuía grande número de amigos. Seu passamento trouxe tristeza e desolação aos familiares e a todos os que privavam de seu convívio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Marcos Freire, Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, ocorrido na noite do dia 08 de setembro.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 56 anos de idade, faleceu, vítima de lamentável acidente aéreo, o Dr. Marcos Freire, Ministro da Reforma e do Desenvol-

vimento Agrário, deixando viúva Dona Maria Carolina de Vasconcelos Freire e os seguintes filhos: Deputado Luiz Freire, Marcos Freire Júnior, Maruza e Laize.

O passamento do Ministro Marcos Freire veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

Deixa uma enorme lacuna no cenário político nacional, pelos seus relevantes serviços prestados à Nação.

Nasceu no Recife, formando-se em Direito. Em 1968, foi eleito Prefeito de Olinda, renunciando antes de tomar posse, em protesto contra o AI-5 que cassou o seu vice-Prefeito. Em 1970, foi o Deputado Federal mais votado de Pernambuco; em 1974 foi eleito para o Senado Federal, sempre pelo MDB. Em 1986 assumiu a Presidência da Caixa Econômica Federal.

Em junho deste ano, assumiu o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Ao longo da existência, as pessoas ou passam e desaparecem sem deixar marcar na memória dos outros, ou marcam profundamente a passagem por conquistas de amizades e por características de bom relacionamento com a comunidade, como foi o caso do Ministro Marcos Freire, amigo e grande companheiro emedebista de todas as horas.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares de seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos e sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Marcos Freire, enviando-lhes voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um Voto de Congratulações pelo lançamento de "O Jornal de Sarandi" e de "O Jornal de Marialva", enriquecendo ainda mais a próspera Região Noroeste do Paraná.

Ambos os jornais ficarão sob a direção do jornalista César Augusto de Lima, cuja experiência e capacidade tem servido aos interesses maiores do Paraná, na luta democrática em defesa dos valores humanos, culturais e políticos.

Do presente, REQUEIRO se dê ciência aos Diretores e aos funcionários de "O Jornal de Sarandi" e de "O Jornal de Ma-

rialva".

Sala das Sessões, em 21.09.87.
(a) JOSÉ ALVES.

REQUERIMENTO

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis um voto de congratulações ao Diretor da "Rádio Folha FM", Witney Macarini, pela liderança absoluta de audiência da emissora, através de constatação feita pelo IBOPE.

Trata-se de uma das mais modernas estações no Brasil, cujo diretor vem há longos anos dotando-a do que há de melhor, inclusive nos maiores centros internacionais.

Equipada com um imponente equipamento, a Folha FM possui um invejável quadro de comunicadores, técnicos e funcionários, que trabalham com muita garra para garantir sempre o primeiro lugar na audiência, junto a um público exigente e de bom gosto, não só de Londrina como também de uma vasta região do Norte do Paraná.

Witney Macarini tem larga visão empresarial e, através de constantes viagens, busca novidades que melhoram a cada dia o elevadíssimo nível da "FM Folha".

A Assembléia Legislativa tem o dever de reconhecer e aplaudir trabalho tão dinâmico, que serve de modelo para o setor de comunicação deste País.

Que a decisão desta homenagem seja comunicada à direção da emissora, no edifício Palácio do Comércio, em Londrina, com votos de êxito permanente, para orgulho de todos nós.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem, nesta data, do "Dia do Radialista".

Desnecessário dizer da importância social e política do exercício da profissão do radialista, que em sua nobre missão de informar com correção todos os acontecimentos, contando-os de acordo com as normas éticas e morais, fazendo com que prevaleça o senso de justiça na veracidade dos fatos noticiados.

Que da decisão da Casa se dê ciência ao Sindicato dos Radialistas Profissionais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações e de louvor aos radialistas do Estado do Paraná pelo transcurso do "Dia do Radialista" que se comemora neste dia 21 de setembro, solicitando que da homenagem seja dada ciência à Associação dos Radialistas Profissionais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A missão do radialista é social, cheia de méritos.

Seja nas grandes cidades ou no interior, o trabalho é difícil, cheio de alternativas que colocam esses profissionais, muitas vezes, diante da necessidade de sacrifícios pessoais para cumprir sua tarefa.

O homem que dedica sua vida à causa pública exercendo mandato eletivo em qualquer nível, conhece bem a importância social da atividade do radialista, sendo informando, noticiando ou levando alegria e diversão aos ouvintes.

Os radialistas, ao longo dos últimos 65 anos, têm demonstrado competência, desprendimento, proficiência e honestidade. Em toda a história da política brasileira, a partir de 1922 - quando foi inaugurada a primeira emissora de rádio em nosso País - foi escrita com a nobre e cara participação dos radialistas.

A opinião pública se tem forjado, muitas vezes, através do trabalho desses profissionais, que não conhecem limites de horas, semanas, meses ou anos em sua profissão, dedicando-se ao seu trabalho como se dele dependessem até para respirar.

O radialista merece a admiração de todos e no dia em que se comemora o "Dia do Radialista", é preciso que se faça uma reflexão sobre a sua importância no contexto social dos nossos municípios, deste nosso Estado ou mesmo da Nação.

É preciso que, ao homenageá-los, mostremos nosso reconhecimento e o nosso agradecimento pelo muito que, como homens públicos, temos recebido dos profissionais do rádio.

Rigorosamente julgados, sempre estiveram ao lado da verdade e, mesmo à custa de sacrifícios pessoais, sempre lutaram para que ela prevalecesse.

Merecem, pois, nossas congratulações e a inscrição nos registros desta Egrégia Casa, conforme solicitado neste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, um voto de congratulações pelo transcurso hoje do "Dia do Radialista".

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que hoje queremos prestar, através deste requerimento, justifica-se plenamente face ao elevado alcance social da profissão de radialista, não só no âmbito da divulgação de notícias, mas também proporcionando lazer e utilidade pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Senhor Samuel Silveira, pela justa homenagem recebida do Clube da Imprensa de Maringá, no último dia 18 de setembro.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Samuel Silveira é considerado o Pai da Comunicação em Maringá. Samuel Silveira chegou a Maringá em 1949, e com a ajuda de um gerador movido a óleo diesel, colocou no ar uma das primeiras emissoras de rádio do interior do Paraná, a Rádio Cultura de Maringá. Em seguida fundou a rádio Jornal. Participou ainda da fundação do jornal "O Diário do Norte do Paraná" e "O Jornal de Maringá" e da instalação da TV Cultura de Maringá. Ajudou ainda na formação do Rotary Club, da Associação Comercial e Industrial, e Grêmio de Esportes de Maringá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado votos de congratulações aos promotores da I FEIMAR - FEIRA DA INDÚSTRIA MARINGAENSE, pela iniciativa e realização, que teve início no dia 20 de setembro, domingo último.

1. Secretário da Indústria, Comércio e Agricultura do município de Maringá, João Preis;

2. Presidente do Conselho Permanente da Mulher Executiva da ACIM (Associação Comercial e Industrial de Maringá), Vera Lúcia de Campos Rother.

3. Presidente da ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá, Alcides Gomes Siqueira.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A I FEIMAR, promovida pelo Conselho Permanente da Mulher Executiva, com apoio

da Secretaria da Indústria, Comércio e Agricultura de Maringá, teve início no dia 20 de setembro, domingo, permanecendo até o dia 27 próximo, no Centro de Convivência Comunitária de Maringá, objetiva mostrar o que as indústrias de vários setores confeccionam, totalizando 104 expositores, desde o micro até o grande. Confeções, móveis, brinquedos, artefatos de couro, instrumentos musicais, máquinas e equipamentos agrícolas e etc estarão à disposição do público na feira. A abertura foi um sucesso, contando com a presença de várias autoridades municipais e estaduais e, segundo os organizadores, ela está alcançando plenamente seus objetivos, quando além de tudo, os expositores puderam levar seus produtos à apreciação e conhecimento da população em geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembleia Legislativa, voto de regozijo pelo transcurso da XXIV Semana Farroupilha e Jubileu de Prata do Centro de Tradições Gaúchas Vinte de Setembro, dando-se ciência deste requerimento ao Senhor Victorino Antônio Boff, Patrão das Comemorações, através da Caixa Postal nº 9218, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Fundado a 20 de setembro de 1962, o Centro de Tradições Gaúchas Vinte de Setembro, distingue-se como expressão viva de uma das mais caras tradições nacionais, além de prestar serviços de utilidade pública no âmbito cívico e cultural, razão pela qual nos sentimos sensibilizados em participar da Comissão de Honra dos festejos comemorativos ao seu Jubileu de Prata e entendemos justa e merecida a homenagem que aqui se presta aos valorosos e entusiastas defensores das nossas tradições, nosso civismo e nossa cultura.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica, à Douta Mesa, após ouvido o Plenário, sejam inseridos em Ata nos Anais desta Casa, votos de louvor à Defensoria Pública do Estado do Paraná, anteriormente denominada Assistência Judiciária Gratuita.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos interessados, na pessoa do Senhor Doutor Luiz Gonzaga Ferreira, responsável pela Defensoria Pública, à Rua Barão do Rio

Branco, 395, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Com muita satisfação vimos propor votos de louvor à Defensoria Pública do Estado do Paraná, pelos relevantes serviços que vem prestando aos menos favorecidos, quando encontram-se em situações desfavoráveis, sem as mínimas condições de custear os serviços de um profissional.

Inúmeros casos são atendidos e encaminhados, possibilitando a retratação do indivíduo perante a sociedade, a reparação de um matrimônio mal sucedido ou ainda fazendo prevalecer os direitos do trabalhador. A Defensoria Pública permite aos menos favorecidos impor o direito ao contraditório, fazendo renascer no indivíduo a confiança no amparo legal, através do acompanhamento de profissionais altamente capacitados. É um trabalho que está sendo desenvolvido com sentimento mais profundo que o profissionalismo e com amor ao próximo, com respeito e sensibilidade às condições precárias de vida, que muitas vezes são impostas pela própria sociedade.

Não poderíamos deixar de registrar nossa profunda admiração pelo altruísmo desse trabalho, pois somos testemunhas da dedicação, interesse e seriedade dos funcionários da Defensoria Pública do Estado, sempre voltados para a luta pelos direitos humanos.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor ao Doutor Antônio Celso Nunes Nassif pela brilhante eleição para Presidente da Associação Médica Brasileira, ocorrida recentemente.

REQUER, outrossim, que se dê ciência ao mesmo, pelo endereço: Av. Vicente Machado, 1063, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

JUSTIFICATIVA:

A eleição do Dr. Antônio Celso Nunes Nassif, é um marco de grande importância para o Estado do Paraná, tendo em vista que é o primeiro médico paranaense a assumir a Presidência da Associação Médica Brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado voto de agradecimento às pessoas abaixo nominadas, pela colaboração e empenho

nho quando da realização do "II ENCONTRO NACIONAL DE PEQUENA E MICROEMPRESAS", nesta Casa de Leis, no dia 18 passado, sexta-feira última.

1. Governador Álvaro Dias;
2. Secretário de Estado da Indústria e Comércio, José Carlos Gomes de Carvalho;
3. Presidente do BANESTADO, João Carlos Finardi;
4. Vice-Presidente do BANESTADO, Edison Elleri Faust;
5. Assessor da Vice-Presidência do BANESTADO, João Garcia;
6. Presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Paraná, Ercílio Santinoni;
7. A todos os componentes da Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais; Coordenadoria de Cerimonial; Coordenadoria de Serviços Gerais; Coordenadoria de Divulgação;
8. Direção Geral e Direção de Serviços Especiais;
9. À Imprensa, de modo geral, pela cobertura jornalística:
 - Diretor da Rede Paranaense de Televisão e Gazeta do Povo, Francisco Cunha Pereira Filho;
 - Diretor da TV Paraná, Canal 6, Deputado José Carlos Martinez;
 - Diretor da TV Iguaçu, "Tribuna" e o "Estado do Paraná", Deputado Paulo Pimentel;
 - Diretor do "Jornal do Estado", Roberto Barrozo;
 - Diretor do "O Jornal de Maringá", Ramires Pozza;
 - Diretor do "O Diário de Maringá", Franklin Vieira da Silva;
- Diretores do Sistema Sul de Comunicações, Sílvio Name e Leonardo Petrelli;
- Diretor da TV Curitiba, João Milanez;
- Diretor da "Folha de Curitiba", Luiz Fernando Fedeger;
- Diretor da "Tribuna do Paraná", Carlos Roberto Tavares;
- Diretor do "Diário Popular", Abdo Aref Kudri;
- Diretor da Indústria e Comércio, Odoni Fortes Martins.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O evento em referência foi um grande sucesso e alcançou plenamente seu objetivo, tendo sido nele extraído, inclusive, a carta do Paraná, graças ao empenho e dedicação das pessoas mencionadas e aos diversos convidados e palestristas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná, solicitando que o mesmo interfira junto à PARANATUR para implantação de dois postos de informações turísticas na cidade de Foz do Iguaçu-PR, sendo um no trevo de acesso à Cidade e outro na Av. Cataratas, proximidades da Ponte Tancredo Neves, que liga Brasil/Argentina.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando a revisão nas tabelas de vencimentos das Polícias Civil e Militar, de forma que haja uma correspondência de vencimentos entre ambas.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

Para efeito de equivalência de postos e funções entre as Polícias, levando-se em consideração a mais alta patente da Polícia Militar e o mais alto cargo da Polícia Civil, temos para a Polícia Militar o Coronel PM e para a Polícia Civil, o Delegado de 1.^a Classe. A partir daí, entendemos como equivalentes, funcional e hierarquicamente, o que se segue:

OFICIAIS SUPERIORES:

Tenente Coronel ao Delegado de Polícia de 2.^a Classe.

Major ao Delegado de Polícia de 3.^a Classe;

OFICIAL INTERMEDIÁRIO:

Capitão ao Delegado de Polícia de 4.^a Classe.

OFICIAIS SUBALTERNOS:

1.^o Tenente ao Médico Legista de 1.^a Classe;

2.^o Tenente ao Médico Legista de 2.^a Classe;

Aspirante a Oficial ao Médico Legista de 3.^a Classe;

PRAÇAS:

Subtenente ao Detetive de 1.^a Classe;

1.^o Sargento ao Detetive de 2.^a Classe;

2.^o Sargento ao Detetive de 3.^a Classe;

3.^o Sargento ao Detetive de 4.^a Classe;

Cabo ao Agente de Segurança de 1.^a Classe;

Soldado ao Agente de Segurança de 2.^a Classe.

REQUERIMENTO DE ENVIO DE OFÍCIO AO EXMO SR.

GOVERNADOR DO ESTADO REF TAB. VENC. FLS.02

Soldado de 2.^a Classe ao Agente de Segurança, de 3.^a classe.

Partindo dessa equivalência funcional, temos que nos reportar às DIFERENÇAS DE VENCIMENTOS EXISTENTES ENTRE FUNÇÕES E CARGOS CORRELATOS E HIERARQUICAMENTE CORRESPONDENTES. Pois bem, excluindo-se as vantagens de quinquênios, as quais são iguais para ambos os profissionais de segurança, e tomando-se por referência o vencimento base com as vantagens incorporadas, vemos que existe uma DIFERENÇA, SEMPRE A MENOR PARA OS POLICIAIS MILITARES, chegando ao ponto de que o Soldado Policial Militar ganha pouco mais que a metade do vencimento básico do seu correspondente, qual seja, o Agente de Segurança de 2.^a Classe. Progredindo-se no mesmo raciocínio, o CORONEL DA POLÍCIA MILITAR vem a receber igual ao MÉDICO LEGISTA DE 3.^a CLASSE. Pela presente comparação vemos que o Agente de Segurança de 3.^a Classe ganha igual ao 2.^o Sargento PM, sendo aquele o penúltimo de quatorze da escala Hierárquica da Polícia Civil e o 2.^o Sargento o décimo de quatorze da escala hierárquica da Polícia Militar, isto nos mostrando que a diferença entre ambos é de três posições no quadro funcional, causando uma perda significativa para o Policial Militar.

Correto será que FUNÇÕES E CARGOS DE MESMA POSIÇÃO HIERÁRQUICA E FUNCIONAL GANHEM CORRESPONDENTEMENTE o vencimento básico com as vantagens incorporadas, deixando-se como diferencial, somente os quinquênios.

Se para uma classe são dadas as gratificações de dedicação exclusiva, risco de vida, representação etc..., correto será, oferecê-las para ambas, pois, mesmo com missões e serviços diferentes, os integrantes de ambas as instituições dedicam-se EXCLUSIVAMENTE À SEGURANÇA PÚBLICA, correndo os mesmos riscos de vida e estando sujeitos às mesmas representações, pois, ambas pertencem ao mesmo SISTEMA, qual seja, o SISTEMA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, sendo que muitas vezes o Policial Militar em situações diversas tem uma carga horária de trabalho muito maior que a do Civil, considerando-se ainda que o Policial fardado está legalmente de serviço ostensivo desde o momento de sua saída de casa, durante todo o percurso até o trabalho e posteriormente em seu retorno ao lar, pois, no caso de uma ocorrência Policial, ele fardado, terá que, OBRIGATORIAMENTE intervir, com isso aumentando sobremaneira seu turno de serviço.

Para maior clareza, anexamos as tabelas de vencimentos atuais, de acordo com os índices do Decreto nº 431/87 (junho/87) e respectiva tabela comparativa, desta forma facilitando a visualização da GRI-

TANTE DIFERENÇA EXISTENTE.

Isto posto, Senhor Governador, solicitamos uma imediata revisão de vencimentos, desta forma melhorando-se o padrão de serviço policial pela remuneração, tendo em vista estar difícil, no momento, um aumento significativo de vencimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado Ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ÁLVARO DIAS, solicitando a construção de um quartel para o Corpo de Bombeiros de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(aa) RAUL LOPES e ACYR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

A guarnição do Corpo de Bombeiros de Campo Largo está utilizando como aquartelamento as instalações da antiga Delegacia de Polícia, inadequadas para esse fim. São de vital importância instalações próprias para uma guarnição especializada, tendo em vista a operacionalidade em seu aspecto global ficar prejudicada em função das instalações inadequadas. Isto posto, é de grande importância a construção do aquartelamento ora solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada ao Excelentíssimo Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, a seguinte solicitação.

Pavimentação asfáltica da Estrada Municipal Paraná, que liga o Município de Formosa do Oeste a localidade de Aymorés, numa extensão de 10 Km. aproximadamente.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A realização da pavimentação asfáltica solicitada é necessária e justifica-se pelo fato de que a referida estrada é responsável pelo escoamento da produção daquela região, que no contexto municipal responde por mais de 35% da produção de grãos e vem apresentando crescimento acentuado na criação de aves e outros animais. No período de constantes chuvas, a estrada tem seu leito carroçável totalmente prejudicado, dificultando, e, em determinados trechos, inviabilizando o tráfego de veículos, o que resulta em prejuízo considerável à comunidade local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido de remeter uma viatura para o Módulo Policial de Castro.

A densidade populacional do progressista Município vizinho, que vem apresentando um aumento de criminalidade, está a exigir que o município possa, de modo efetivo, contar com mais equipamento para que a Polícia exerça com maior eficiência o seu trabalho.

Dotar com mais uma viatura o módulo policial daquela Cidade vem ao encontro da preocupação de seus moradores em propiciar um efetivo e eficiente trabalho policial para assegurar maior proteção àquela comunidade.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de Expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Chemim Guimarães, superintendente do IPE no Estado do Paraná, solicitando informações sobre as pensões que são pagas por aquele Instituto, especialmente no que se refere às denúncias formuladas diversas vezes pelo Jornal "FOLHA DE CURITIBA", sobre as denominadas "Viúvas Marajás do IPE" que estariam recebendo polpudas pensões e ainda estariam entrando na justiça para reaverem os atrasados, e que as mesmas estariam se baseando em um suposto acordo feito com o Governo anterior, que lhes teria facilitado obter tais pensões.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de serem tomadas urgentes providências para melhorar a sinalização existente na Rodovia BR-277, no trecho compreendido entre Paranaguá e Curitiba, instalando, inclusive, nas proximidades desta última cidade, entre os Km. 84 e 85, redutores de velocidade.

As solicitações acima justificam-se pelo intenso tráfego existente no referido trecho, onde os veículos desenvolvem velo-

cidade excessiva, provocando, em consequência inúmeros acidentes, principalmente quando os transeuntes fazem a travessia dessa rodovia.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando estudo da possibilidade da ampliação das atividades de fabricação de móveis nas penitenciárias, para que as mesmas ofereçam condições de baratear as instalações da rede escolar pública.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Os detentos por vezes são pessoas capacitadas para serviços gerais como o apresentado pela presente proposta, mas ao longo do tempo, enquanto pagam suas penas em reclusão, perdem o gosto pelo trabalho e quando dali saem estão totalmente desambientados e sem condições de prestar qualquer tipo de contribuição à sociedade, a qual o rejeita, dando-lhe motivos para que volte os velhos vícios do roubo e do crime que os levarão novamente a depender dos custeios públicos nas penitenciárias.

Esta sugestão tem por objetivo, além de contribuir para a economia dos cofres públicos, preparar os detentos para o momento em que deixam a Casa de detenção e integram-se à sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado em apoio a FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, expediente aos Ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento, encarecendo urgentemente a liberação de recursos para o custeio da atual safra paranaense.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à referida Federação, na pessoa de seu presidente, Paulo Carneiro.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A agricultura paranaense, que nos últimos tempos vem sofrendo fortes revezes, mais uma vez encontra-se em sérias dificuldades e se esta verba não for colocada à disposição dos produtores imediatamente, "haverá drástica redução da área de plantio no Estado, acarretando não apenas

problemas econômicos, mas também de ordem Social", como afirma o defensor da causa, Paulo Carneiro - Presidente da referida Instituição.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município de Palmeira.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Senhor Mussoline Mansani.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza de que a municipalidade no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Banco do Brasil, ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, ao Excelentíssimo governador do Estado e ao Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, com cópia do teor para os Prefeitos, Presidentes das Câmaras Municipais e Presidentes dos Partidos Políticos da microrregião do Sudoeste, solicitando abolição da exigência de manutenção de saldo médio e aplicação em títulos do Banco do Brasil aos usuários do crédito agrícola.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Atualmente o Banco do Brasil tem adotado o seguinte critério para a liberação de financiamento agrícola aos produtores rurais: preferencialmente, são atendidos aqueles que mantêm um bom saldo médio na instituição e também possuem aplicações ou CDB's e RDB's, dessa instituição.

Ora, Senhores, esta é uma atitude absurda e injusta. Absurda porque o Banco, quando libera um financiamento, cerca-se

de todas as garantias, tais como hipotecas, avais etc. Algumas vezes desproporcionais ao montante liberado. Injusta porque privilegia os grandes proprietários rurais, que atualmente são os únicos que podem manter razoável saldo médio numa instituição bancária ou aplicações em títulos tais como ao referido RDB's e CBD's, em detrimento dos pequenos proprietários, que lutam pura e simplesmente pela sua sobrevivência como tais.

No sudoeste do Paraná, em função de sua estrutura fundiária, onde predominam as pequenas propriedades, acentua-se esta injustiça. A permanecer tal exigência, somente um reduzido número de agricultores terá acesso ao crédito rural, que em contrapartida inviabilizará definitivamente a pequena propriedade, que tradicionalmente sempre foi o esteio do desenvolvimento desta microrregião.

Certo de que além dos motivos econômicos, a abolição de absurda e injusta exigência é uma medida de democratização de crédito agrícola, tornando-o acessível a todos os agricultores, esperamos ansiosamente sua concretização.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar a inclusão do Município de Presidente Castelo Branco no Projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo. Além disso, a construção destes conjuntos habitacionais dará aos trabalhadores condições de adquirir moradia digna com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar a inclusão do Município de Mandaguari no Projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo. Além disso, a construção destes conjuntos habitacionais dará aos trabalhadores condições

de adquirir moradia digna com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar a inclusão do Município de Santa Fé no Projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo. Além disso, a construção destes conjuntos habitacionais dará aos trabalhadores condições de adquirir moradia digna com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar a inclusão do Município de Formosa do Oeste no Projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo. Além disso, a construção destes conjuntos habitacionais dará aos trabalhadores condições de adquirir moradia digna com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar a inclusão do Município de Doutor Camargo no Projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente tendo em vista a carência de moradias, que vem atingindo principalmente as famílias de menor poder aquisitivo. Além disso, a construção destes conjuntos habitacionais dará aos trabalhadores condições de adquirir moradia digna com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, envio de Protocolo de Intenções da CAPEG ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias e Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, visando à assinatura do mesmo para atendimento aos anseios de uma produção econômica e racional, com pesquisas dirigidas à Agropecuária Sudoestina.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

A necessidade de um fácil acesso à área do IAPAR - Pato Branco, por parte da CAPEG, permitirá ao seu quadro técnico, composto de 15 profissionais que atuam diariamente na assistência de produção aos 3 mil e 600 cooperados, desenvolver pesquisas dirigidas aos interesses da Região Sudoeste, qual seja, tecnologia apropriada a pequenos e médios produtores.

Tais pesquisas seriam de ordem mecânica, financeira, técnica, ecológica e outras.

O Protocolo de Intenções visa compromissos formais e definitivos, no sentido de alocar recursos do conjunto estrutural do Governo do Estado e Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, para corrigir distorções, incompatibilidades e desencontros que permeiam pela Região Sudoeste, que mais do que nunca ressentem-se da necessidade de buscar uma alternativa caseira, uma solução doméstica, uma nova realidade na agropecuária sudoestina.

PROTOCOLO DE INTENÇÕES CAPEG/SEAB

JUSTIFICATIVA:

Não possuindo a CAPEG área disponível para efetuar pesquisas à nível de campo, assim como carecendo cada vez mais de um sistema de transferência de tecnologia aos seus cooperados, em virtude da necessidade em se aumentar a produtividade das propriedades rurais, é que se pretende iniciar contactos a nível de Governo do Estado - SEAB - no sentido de se viabilizar um entendimento, com a intenção fundamental de se utilizar as instalações e a área geográfica do IAPAR - de Pato Branco, no sentido de assinar uma Carta de Intenções e depois um convênio para tal.

OBJETIVOS

1) aperfeiçoamento de técnicas desenvolvidas em conjunto com o IAPAR/SEAB - CAPEG.

2) pesquisas a nível de campo, para melhor conduzir a produção de grãos, pastagens e animais.

3) ensaios de cultivares como: trigo, soja, feijão, milho, cevada, centeio, triticale, colza, dando-se especial atenção às épocas mais propícias para o plantio, em função das condições edafo-climáticas da microrregião, assim como resistência ao alumínio tóxico, respostas às adubações de base em relação a cobertura e vice-versa; adubações verdes. Tratamentos fúngicos, em especial para as culturas de inverno. Estudos técnicos para se obter diferenças e controles preventivos, curativos para com as culturas invernais, estudo comportamental dos produtos utilizados, quer na parte fito-sanitária, ecológica e econômica.

4) pesquisas na criação de pequenos e médios animais em especial suínos, tipos de instalações, alimentação alternativa - sistema de criação - doenças contagiosas e parasitárias - cruzamentos industriais; ovinocultura, caprinocultura, apicultura, piscicultura.

5) pesquisas na área de agrostologia, seja de inverno, verão, perene ou estacionária, ensilagens, fenações, aproveitamento de restos de culturas.

6) desmame precoce para bovinos, com a utilização de soro lácteo, da usina de beneficiamento de leite da CAPEG, engorda de suínos com o soro.

7) citicultura e silvicultura.

FORMA DE ATUAÇÃO

A CAPEG, através de seus técnicos em entrosamento com os da IAPAR - Pato Branco, desenvolverão trabalhos, como foi citado no tópico objetivos, de forma harmônica e técnica, de acordo com as necessidades e interesses, mútuos.

A CAPEG, fornecerá sementes adubos e outros insumos para as pesquisas. Outros detalhes técnicos e burocráticos serão aperfeiçoados quando da constituição de uma Comissão Técnica de ambas as entidades forem designados para tal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado a "CARTA DO PARANÁ", documento extraído do "2º ENCONTRO NACIONAL DE PEQUENA E MICROEMPRESA" realizado no dia 18.09.87 das 9:00 às 20:00 horas, no auditório Luís Gabriel Sampaio, nesta Casa, às autoridades abaixo nominadas.

1) Presidente da República, Senhor José Sarney.

2) Ministro da Fazenda, Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira.

3) Ministro da Indústria e Comércio

Senhor José Hugo Castelo Branco.

4) Presidente do Banco Central, Senhor Fernando Milliet.

5) Presidente do Banco do Brasil, Senhor Camilo Calazans.

6) Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias.

7) Governadores dos demais Estados do Brasil.

8) Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Senhor José Carlos Gomes de Carvalho.

9) Secretário de Estado das Finanças, Senhor Luiz Carlos Jorge Haully.

10) Secretários de Estado da Indústria e Comércio dos demais Estados do Brasil.

11) Secretários de Estado das Finanças dos demais Estados do Brasil.

Sala das Sessões, em 21.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Lei, do documento intitulado "Aos Cristãos da Diocese de Umuarama", publicado pelo Núcleo Básico de Coordenação dos Cursos de Cristandade, da Diocese de Umuarama, no dia 12 de agosto do corrente ano.

Da decisão, REQUER ainda, que se dê ciência aos Reverendíssimos Senhores Diretores Espirituais do referido Núcleo, Bispo José Maria Maimone e Frei Clemente Vendramin. (Caixa Postal, 774 - CEP 87.500 - Umuarama - Pr.).

Sala das Sessões, em 21.09.87

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa pronunciamento em anexo.

Sala das Sessões, em 21.09.87

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja registrada nos Anais desta Assembléia Legislativa a "Carta do Paraná", extraída do 2º Encontro Nacional de Pequena e Microempresa, realizado no último dia 18 do corrente, sexta-feira.

Sala das Sessões, em 21.09.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja transcrito nos Anais desta Assembléia Legislativa, o artigo intitulado "Dia da Árvore".

"Um Grito de Socorro", de Júlio Tarnowski Júnior, publicado no jornal Agrícola, de "O Estado do Paraná", edição do dia 19 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 21.09.87

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se hoje o dia da Árvore. Mais do que nunca, a data está a merecer, por parte de todos os brasileiros, a mais séria e profunda reflexão.

Afinal de contas, chegou o Brasil a uma situação de autêntica calamidade, tal o grau de devastação de suas matas e florestas. O fenômeno atinge todo o território nacional, não escapando sequer a Amazônia, tida como "pulmão verde" do mundo.

No Paraná, o quadro não é menos chocante. Nossa cobertura vegetal não vai além de 2 ou 5%, pouco importando a prevalência deste ou daquele número. Microrregiões como as de Londrina e Maringá não contam, hoje, com mais de 0,5% de florestas nativas. As imensas matas, ricas em madeiras de lei, do Norte e do Oeste desapareceram. E os pinheirais frondosos do Sul e do Sudoeste já não existem mais.

Por tudo isso, o trabalho de Júlio Tarnowski Júnior merece ser analisado, discutido. E sua transcrição nos Anais da Casa serve como alerta a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm alguma responsabilidade. Serve, também, como uma advertência de que se deve fazer alguma coisa, enquanto é tempo.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 58/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica restrita a colocação de grades protetoras apenas na parte da área adjacente à Rua Prefeito R.G. Mello Leitão, proibindo-se a colocação de tais grades nas entradas do Prédio da Administração, do Plenário e do Edifício Tancredo Neves, deste Poder.

Parágrafo Único - Serão executadas nas referidas grades serviços de paisagismo com plantas Ornamentais.

Art. 2º - Nas entradas do Prédios da Administração, do Plenário, e do Edifício Tancredo Neves serão plantadas azeléias e hortências que figurarão como cercas vivas.

Art. 3º - Autoriza a Comissão Executiva a doar às Entidades Assistenciais o

restante das grades protetoras adquiridas e tomar as medidas necessárias à execução da presente Resolução.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.87

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Senhor Deputado e Senhoras Deputadas:

Não poderia este Parlamentar, no momento em que a comunidade chama a atenção dos nobres Pares no tocante ao tema da liberdade de ir e vir e do acesso fácil aos governantes, aos quais foram outorgados representação legítima junto a esta Casa de Leis, deixar de manifestar, através de sua competência parlamentar, seu posicionamento, por meio de Projeto de Resolução que venha de uma vez por todas aparar as arestas criadas pela controvérsia em torno do assunto concernente à construção de grades de ferro ao redor deste prédio.

Queremos evitar que tal construção venha simbolizar o cerceamento da liberdade, que sempre procuramos preservar, no tocante ao acesso da população a esta Casa, onde se elaboram as Leis que norteiam a vida pública em nossa sociedade.

Cumpre-nos salientar, de maneira enfática, os aspectos ecológicos que envolvem a questão. Se apoiarmos a construção destas grades estaremos invertendo os valores, já que estaremos dando um reforço às coisas inanimadas quando na verdade, sabemos que a vida legislativa do nosso Estado passa por esta colenda Casa.

Senhores: VIDA é transformação. Vida é movimento e este se expressa, não somente através das realizações humanas, afetos a nós, neste recinto, mas também, pela presença das cores e sons que caracterizam a natureza.

Dai vem a proposta de ao invés das grades optarmos pelo ajardinamento, para que num sentido até místico da relação com o povo, possamos transmitir às cores emanadas pelas flores e também os sons das aves, que fatalmente usarão destas para suas pousadas transitórias, levando a mensagem de vida a todos os cantos.

O homem necessita de espaço para se locomover e não seremos nós, em momento algum, que limitaremos tal possibilidade usando de um símbolo inanimado.

Por todas estas colocações, é que esperamos, tendo certeza do apoio de todos os nobres colegas com mandato nesta Casa de Leis.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 237/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Antigos e Novos - AMCAN", com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.87

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Antigos e Novos-AMCAN, de Ribeirão do Pinhal, desde a sua fundação, em outubro de 1985, vem desenvolvendo uma intensa e laboriosa ação em defesa dos interesses da comunidade que representa. A medida que estamos propondo não só reconhece os méritos daquela entidade, como busca fortalecer a sua ação e trabalho.

A matéria cumpre ao disposto na Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define normas para a declaração de Utilidade Pública.

Tendo em conta o alcance da medida, confiamos na manifestação dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 238/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública Estadual a Estância Lar Santa Cruz, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.87

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n. 6.994/78, estamos apresentando o Projeto de Lei que Declara de Utilidade Pública Estadual, a "Estância Lar Santa Cruz", com sede e foro nesta Capital.

A entidade devidamente registrada sob n. 74 do Livro A do Registro Civil das pessoas jurídicas - Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba em data de 11 de abril de 1986.

Fundada em 01 de março de 1986, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência necessária, contando com a apoio incondicional da comunidade de voluntários e principalmente de sua abnegada Diretoria, aliada a profissionais competentes, procura sempre desenvolver um trabalho voltado para o bem comum, e, principalmente na tentativa de amenizar o problema do idoso carente.

Seu estatuto, por si só, traduz a elevada significância social da entidade,

pois define como seus objetivos específicos que ela visa assegurar aos idosos carentes seu bem estar.

No artigo 2º verificamos a finalidade da Entidade:

"A obra tem finalidade filantrópica através de assistência social a idosos e convalescentes e especificamente:

a) Dar moradia e alimentação às pessoas idosas rejeitadas pela família;

b) Velar para que recebam assistência médica no combate a esclerose e a outras doenças típicas da velhice;

c) Manter os velhinhos em atividade para que sintam-se melhor com a vida;

d) Manter treinamento aos deficientes físicos no combate a atrofia física e mental;

e) Manter os velhinhos deficientes em perfeito estado de higiene.

No artigo 27º consta o seguinte:

"A Estância Lar Santa Cruz não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções, não tem fito de lucro, não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superávit eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades assistenciais e filantrópicas do País".

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 239/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Proibir a cobrança de quaisquer encargos por parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito da Administração Direta e Indireta e Vinculadas, dos que vierem a se inscrever nos diversos Concursos Públicos promovidos pelo PPE.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.09.87

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa prende-se ao fato de entendermos que o candidato que se inscreve em algum concurso público, está necessitando de emprego, ou porque não possui, ou por estar tentando melhorar a sua situação financeira pelo simples motivo de não ganhar o suficiente para seu sustento, bem como de seus dependentes.

Concluimos, assim, não ser justo cobrar-se uma quantia de alguém que já se encontra em dificuldades, quantia essa cobrada ilegalmente, pois não existe legislação que ampare a conduta de diversos

órgãos que assim procedem.

Por outro lado, a efetivação de concurso público visa atender aos interesses da Administração e em seu exclusivo benefício é realizado. Se a maior interessada e beneficiada é a repartição que promove o concurso público, por que razão se iria cobrar do indivíduo que deseja auxiliar o Poder Público?

Pelo fato da presente proposição ir ao encontro aos interesses sociais e humanos da coletividade e também da administração, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares, bem como com a sanção de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, para vermos concretizada esta idéia.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra com satisfação a presença em Plenário desta Casa, do ilustre Secretário da Indústria e Comércio, José Carlos de Carvalho.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) Manifesto-me para registrar a presença dos Vereadores de Formosa D'Oeste, Antônio Marcos Gianini, Elias Pinheiro e Antônio Evislácio Mantovan, que nos dão o prazer de suas presenças na tribuna de honra desta Casa.

O SR. PRESIDENTE - Será registrado. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, primeiro orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Se por acaso estivesse nesta Casa de Leis o Deputado Bernardo Cabral, com toda certeza, ao me dirigir à tribuna eu deveria antes perguntar ao Deputado Bernardo Cabral por quanto tempo ele me deixaria ocupar a tribuna. De repente, num país de 130 milhões de almas, surge um homem com os maiores poderes que ninguém sabe quem lhe conferiu, um homem com poderes para contrariar apelos que foram feitos para que a nova constituição proibisse a propaganda de cigarros e bebidas na televisão.

O Sr. Bernardo Cabral resolveu que deveria ter propaganda; deixou inserido no seu anteprojeto que poderá haver propaganda de cigarro e bebida na TV.

O Sr. Bernardo Cabral cuidando bem do seu Estado do Amazonas, resolveu que fica prorrogado por tempo indeterminado o incentivo à Zona Franca de Manaus.

Mas, o que é mais grave, Sr. Presidente, resolve o Deputado Bernardo Cabral dar seis anos de mandato ao Presidente Sarney, em nome de quem? Simplesmente S.Exa. disse: "Não, o Presidente José Sarney quer cinco anos de mandato e eu vou dar seis! "Nunca tinha visto um homem que tivesse um

poder assim na mão, para dizer que a um homem que quer ficar cinco anos na Presidência dar-se-á seis anos para ele como Presidente.

E mais, estabelecendo a volta do Colégio Eleitoral para eleição de Presidente, de Governador e de Prefeito.

Isto por quê? Pelo critério estabelecido no texto do Deputado Bernardo Cabral nenhum candidato obterá a maioria absoluta de votos. E de repente, um Deputado que estará derrotado, como um Deputado Estadual por exemplo, onde 30, 40% não são reeleitos, antes de abandonar a vida pública, o Deputado terá ele que foi condenado pelo voto popular, para não continuar como Deputado, terá nada mais nada menos do que o direito de eleger o novo Governador, os Vereadores, que certamente não serão reeleitos em boa parte, em consequência da maioria de votos absoluta. Para tal cálculo se computará até voto nulo, voto branco, e com isto ninguém vai conseguir maioria absoluta em canto nenhum do Brasil. Vereadores que estarão se despedindo da vida pública terão este poder, dado por Bernardo Cabral, para eleger o Prefeito do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, de Londrina e das demais cidades do Brasil.

Tem este homem o poder de acabar, de cassar, aposentadoria especial, principalmente de professores, conquista que os mesmos obtiveram depois de longos anos de marchas e de entendimentos.

Por isto quero aqui registrar o repúdio, não só meu, porque até o Presidente José Sarney está espantado e estarrecido com tanta arma e com tanta força ditatorial, nazista, como foi dito hoje por um jornal de São Paulo, de que dispõe Sr. Bernardo Cabral, porque chega a tirar até as garantias individuais dos cidadãos brasileiros. Foi infeliz este Deputado.

Queremos, neste hora em que o Brasil se levanta, levantar nossa voz contra esta arbitrariedade que se tenta praticar contra um país que está caminhando para a democracia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o nobre Representante de Londrina, o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, seguinte orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabei de sair do meu programa de televisão, em que citava nomes de quase todos os Parlamentares desta Casa, principalmente da Comissão de Segurança, onde tenho a satisfação e o orgulho de ter como companheiros os Deputados Algaci Túlio, Pirajá Ferreira, Sabino Campos, Alexandre Ceranto e outros companheiros desta Casa.

Quando falo em nome desta Assembléia, o faço com o coração cheio de alegrias, porque realmente estamos aqui para trabalhar, para lutar, para defender os interesses da comunidade.

O tempo é curto, e eu me registrei hoje no Grande Expediente para poder debater dois grandes projetos de Vitimologia.

No primeiro projeto requero ao Governo do Estado do Paraná, que seja colocado em todas as Delegacias de Polícia, através da Ordem dos Advogados do Brasil, um advogado nos plantões policiais. O Projeto visa suprir uma lacuna, Senhores Deputados, encontrada na estruturação da Secretaria do Estado da Segurança Pública, no tocante a esses dois campos profissionais, aliás, eu diria três, advogados, assistentes sociais e psicólogos, em todas as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná.

E digo mais, o que se pretende ao criar os cargos de Advogados, Psicólogos e Assistentes Sociais nas Delegacias de Polícia, o que se pretende com o estabelecimento de plantões de advogados Senhores Deputados, para dar assistência judiciária às vítimas nas Delegacias de Polícia, na verdade, constituiu-se em atendimento humanitário para que as providências legais indispensáveis e uma futura indenização sejam tomadas desde logo, bem como em certos casos, que o prejuízo seja remediado.

Na nossa experiência profissional no campo das comunicações temos sentido, como devem ter sentido também outros comunicadores dessa Casa, como o Deputado Algaci Túlio, a premente necessidade do Estado prestar esta assistência que é prevista em termos constitucionais como mais um exercício dos direitos da cidadania, legalmente assinalados no meu projeto.

O atendimento judiciário, prestado nos moldes preconizados pelo meu Projeto, atende aos mais elevados princípios da moderna ciência de Vitimologia, que é o estudo do direito das vítimas enquanto pessoas humanas.

Só nas sociedades altamente politizadas, senhores Deputados, e evoluídas socialmente, se concebe a presença de profissionais do Direito para prestarem serviços a pessoas que foram vítimas de infortúnios diversos numa hora trágica de suas vidas, onde as noções mais elementares de cuidados não se fazem presentes até mesmo em função de condições psicológicas, dada a surpresa de acontecimentos indesejados e suas trágicas consequências.

Todos os estudiosos de Vitimologia são unânimes em afirmar que os Estados devem se dedicar mais profundamente ao exame das questões apresentadas nas tragédias criminais, onde aquele que sucumbe muitas vezes fica ao completo abandono, vulnerado em seus direitos de ser indenizado pelos pre-

juízos sofridos.

O Estado do Paraná, que possui vasta comunidade jurídica, poderia do ponto de vista social, dar uma valiosa contribuição a esse problema que não tem merecido legislação local específica.

Valorizamos por outro lado a atribuição do advogado que prestar esse tipo de atendimento fazendo jus a honorários previamente fixados pela O.A.B. Seção Estadual e pela douta Procuradoria Geral do Estado, visando possibilitar um campo de trabalho que em última análise, revelará o cuidado do Estado em não se omitir nos momentos delicados pelos quais venham a passar os seus cidadãos.

A verba honorária gasta com o pagamento desse atendimento evitará que prejuízos maiores ocorram e terá o seu retorno assegurado pela eficiência na melhor distribuição desses encargos, pelos que os causaram e que deverão ser responsabilizados nos limites de suas culpas.

Com a possibilidade dos Advogados se inscreverem, livre e democraticamente, possibilitaremos a abertura de um novo canal de trabalho e prestação de serviços que se revelará propício a que jovens profissionais na Advocacia possam abrir um mercado potencial de trabalho e com suas presenças, de forma indireta, farão com que a Polícia Civil e a Militar aqui representada pelo meu querido Deputado Raul Lopes, tomem providências mais adequadas e necessárias nos casos futuros que atenderem. Neste projeto, que já está começando a correr as comissões desta Casa, em todas as delegacias de polícia do Estado do Paraná, não para atender assassinos, marginais, latrocidias, aqueles que destróem a família do meu Estado. Eu peço advogados para atender o pobre que bate à porta de uma delegacia e não tem direito de ter um advogado de graça, porque o assassino quando é preso tem advogado pago pela justiça e o pobre no meu Estado não tem direito. Se ele não tem advogado, ele não é atendido, não tem os seus direitos assegurados.

Para encerrar Senhor Presidente, além de estar correndo nas comissões desta Casa e porque o projeto pode ser inconstitucional e ilegal, eu gostaria de pedir que as comissões desta Casa o analisassem friamente, para que todas as delegacias de polícia tivessem um advogado, tivessem uma psicóloga, tivessem uma assistente social.

Voltarei em outra oportunidade para defender este meu ideal que vem, não como Deputado, mas como "carrapicho" de polícia, nós que vivemos e lidamos com a área policial eu, o Deputado Algaci Túlio e tantos outros repórteres.

Um momentinho só Deputado Nereu Carlos Massignan, o Senhor está muito apavorado,

eu já vou encerrar. O Senhor está muito preocupado, o Senhor é do meu partido, está se preocupando comigo, entendeu?

O problema é o seguinte Senhor Presidente, voltarei em outra oportunidade para defender não só este projeto, mas outros projetos de interesse da família do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio, seguinte orador inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais nada quero dizer que o projeto de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, vem atender a uma velha reivindicação, principalmente nossa, repórteres policiais, que no dia a dia conhecemos e sabemos das dificuldades que se verificam nas delegacias, principalmente das famílias carentes que ali vão em busca de informações, justiça.

É por demais oportuno. Nós há muitos anos temos batido em cima desta tecla. Evidentemente, em não sendo Deputados, não poderíamos dar entrada no projeto. Mas, a Comissão de Segurança Pública, com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti toma esta iniciativa, que eu tenho certeza terá o apoio de toda esta Casa, primeiro porque vai corrigir uma série de problemas existentes nas delegacias. E, em segundo lugar, o que eu acho mais importante, inclusive, é que vai diminuir o número de inquéritos que se transformam em processos na Justiça, coisas corriqueiras e que tomam muito tempo dos juízes, dos promotores, que poderiam se preocupar com coisas mais importantes do que brigas de família, brigas de casal, de vizinhos, coisinhas que não deveriam ser tratadas pela polícia. Se houvesse um advogado para esclarecer, se houvesse uma psicóloga, uma assistente social para poder orientar, evidentemente pelo menos 30% do movimento policial e da própria Justiça chegariam a diminuir.

Mas, eu venho à tribuna hoje, Senhor Presidente, para usar apenas 5 minutos, no Pequeno Expediente, e eu peço a atenção da Mesa para que observe que o Pequeno Expediente é de apenas 5 minutos e 30 segundos de tolerância, para que o Regimento da Casa, de repente não seja extrapolado de todas as formas, ao bel-prazer de todos os Parlamentares. Respeito a posição do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, respeito, estou dando apoio ao seu Projeto, mas, eu entendo que a Mesa tem que se fazer firme, o horário é de 5 minutos, com 30 segundos de tolerância, no máximo 1 minuto, até aí

nós entendemos, porque senão, a partir deste momento, eu me sinto nesse direito de usar por 8 minutos e 30 segundos este horário do Pequeno Expediente. Mas eu quero respeitar este Regimento e tenho certeza que os demais Parlamentares também querem respeitá-lo, tenho certeza que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti também pretendia respeitá-lo, mas, evidentemente, na sua alocação, na sua tentativa de defender o seu projeto e em função do pequeno espaço de tempo, acabou ultrapassando o horário normal. Não se trata aqui de uma advertência ao Parlamentar que extrapolou o horário de 5 minutos, mas uma advertência à Mesa desta Casa, que, afinal, de contas há um Regimento para ser respeitado e nós queremos que ele seja respeitado, porque senão a partir de hoje qualquer um de nós, Parlamentares, terá o direito a 8 minutos e 30 segundos para usar no Pequeno Expediente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, hoje é o Dia do Radialista, e eu ocupo a tribuna para trazer a minha homenagem e a homenagem de quase todos os Parlamentares que aqui se fazem presentes, porque todos têm um pouquinho de comunicador também. Quase todos utilizam programas de rádio, a maioria, quem sabe, se lançou na política através deste importantíssimo meio de comunicação, que é o rádio. E, eu quero, nesse que é o Dia do Radialista, trazer a minha homenagem à esta classe valorosa, a estes homens destemidos que são os homens do rádio, e estes homens que são às vezes até obrigados a trabalhar por um salário insignificante, a estes homens que não têm o amparo maior das Leis Trabalhistas, a estes homens que não têm um horário de 6 ou até 8 horas para trabalhar, mas sim de 24 horas e para alguns até faltam horas no dia para o trabalho.

Portanto, nesta data, neste dia em que se comemora o Dia do Radialista, que é tão importante, apenas para complementar, Senhor Presidente, nestes 30 segundos que me dá a Mesa, quero falar da importância do rádio, da difícil missão que é de comunicar, da colaboração que o rádio presta e em especial o radialista presta à comunidade. O rádio é a primeira comunicação que chega nas campanhas filantrópicas, o rádio no SOS, o rádio nas enchentes, o rádio nas crises, e o radialista, como consequência, é uma figura importante, e muito.

Portanto, neste dia, em nome da Bancada do PDT, em nome deste Parlamentar, a nossa homenagem a todos os radialistas do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o nobre Deputado Raul Lopes, seguinte orador inscrito.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Um detalhe curioso que me permite aqui observar é a coincidência dos três companheiros da Comissão de Segurança ocuparem esta Tribuna, na Ordem sucessiva. Isso, para mim, quero crer que para os companheiros também, é motivo de grande satisfação, porque venho aqui, hoje, para falar sobre segurança, a exemplo dos demais companheiros. Dirigindo-me ao Governo, ao Secretário de Segurança e às demais autoridades por escrito, tenho evitado ocupar esta Tribuna para dizer o que agora, nesse momento, estou a sentir.

Sinceramente, a Segurança do Paraná, em especial de Curitiba, requer, necessita, de pronto, de imediato, algumas providências. Estamos tomando conhecimento de alguns serviços que na área de segurança estão sendo desativados por motivos de falta de recursos. Estive na sexta-feira com o Secretário de Segurança, e em uma ponderação o fazia compreender, sentir, sensibilizando-o da situação que a comunidade do Paraná e em especial de Curitiba, está a sentir.

Preparei aqui uma súmula e vou fazer algumas exaltações do que realmente vem ocorrendo.

O povo está com medo, reclama a falta de segurança; diretoras de escolas noturnas de alguns colégios da área municipal e estadual procuraram recentemente o Secretário da Educação para solicitar do mesmo através da Secretaria de Estado da Segurança, alguma providência sem a qual irão fechar os estabelecimentos, face a falta de segurança.

O Senhor Secretário, reclamando a falta de alguns recursos, sensibilizado por nós, e quero crer pelos companheiros também, prometeu agilizar algum recurso no sentido de dar a maior rapidez possível à solução necessária.

É preciso urgentemente agilizar recursos para que possamos recuperar um dos elementos importantes para a segurança pública que é o módulo policial. A polícia precisa ser fortalecida para que continue a prestar o seu relevante papel, que sempre desempenhou, na defesa do cidadão e do Estado.

A sensação de segurança que podemos oferecer à comunidade é através da presença do policial fardado, a viatura policial nas ruas, o módulo próximo à sua residência para uma maior tranquilidade.

Vamos procurar inovar, mas nunca destruir o que sempre existiu e deu resultados à comunidade. Um governo só subsiste com ordem e segurança. Sem estes pressupostos, poderá sofrer até mesmo uma intervenção, um descrédito da própria comunidade. O agravamento da problemática da au-

sência da segurança pública em nossa Capital, e em especial no Estado, tem levado a situação ao seguinte quadro: descrédito; rejeição da segurança por parte da sociedade; aumento crescente da criminalidade e da marginalidade. Aumento dos casos de justiciamento popular, refiro-me aqui aos casos de linchamento que ocorreram alguns meses atrás. E em especial chamo a atenção para este aspecto, vejam bem, o risco até mesmo da desfiguração gradual da imagem do governo em função das agressivas críticas, fundadas, através da imprensa.

O Governo do Paraná, um governo de uma expressão extraordinária, com uma grande repercussão a nível nacional, pode, se não tomar deveras algumas providências, ser prejudicado no que isso representa à nossa comunidade.

Domingo último, assistimos ao programa dos profissionais da área policial, e vimos, junto com a comunidade que participou, a grande preocupação no sentido de sensibilizar as autoridades.

Encerrando, Senhores, quero chamar a atenção para o fato de que é preciso mudar a polícia do Paraná. Vamos dar-lhe urgentemente os recursos de que ela necessita, quer na ordem dos valores humanos, quer na ordem dos valores materiais, para que possamos oferecer ao nosso cidadão aquilo que em palanque, tenho certeza que não só eu como vocês, também, companheiros, prometemos.

Era o que eu tinha a declarar, companheiros.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)
Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Somente queria dizer ao Deputado Algaci Túlio que não houve intenção da minha parte de ultrapassar o horário. É que eu me envolvi demais no meu pronunciamento, e peço desculpas ao ilustre Presidente, Deputado Anibal Khury. E também quero dizer ao Deputado Raul Lopes que se a Constituinte que está sendo elaborada não colocar, não acelerar, e não se preocupar com a polícia, não só do Paraná, mas com a polícia brasileira, continuaremos com aquele "slogan"; "ou muda, ou fica como está".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini, seguinte orador inscrito.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vimos, na semana passada, um espaço a mais, sendo agredido, aqui no Centro Cívico; um lugar onde deveriam nascer as flores, vai nascer mais uma grade, mais uma cerca!

Não pela cerca em si, ou pela grade, mas, pelo que ela representa de agressão não só ao Centro Cívico, a este campo, a este jardim, a esta praça, mas pelo que ela representa como símbolo da agressão humana aos mais fracos, praticada, sempre, pelos mais poderosos!

No passado, as cercas foram vitimando os negros, os posseiros e os índios, transformando as áreas livres em espaços limitados, onde as mãos dos agressores foram cerceando a liberdade daqueles que tinham nos campos, nas matas e nas flores, a sua maneira de viver.

Os homens vieram; com eles, vieram o frio da pedra, do mármore, do acrílico, do vidro "fumê", das grades e das cercas, das cercas dos Centros Cívicos do nosso País, bem como das de arame farpado dos grandes latifundiários que expulsaram os índios, os negros, mulatos e posseiros.

Esta praça, este campo, este jardim, deve ser o jardim das flores, dos pássaros, o campo da azaléia, da hortências, da rosa, do pinheiro, do angico, o jardim e o campo do lírio, mas nunca, um jardim frio, sem vida e cerceando a liberdade!

As crianças, os jovens e idosos que vivem e que viverão no futuro, o que pensarão dessas cercas e o que pensarão dos homens que as fizeram limitando as liberdades e com isso estão transformando o mundo em verdadeiros presídios?!

Como se já não bastasse o progresso e o modernismo que derrubaram as matas, que transformaram e transformam diariamente o meio ambiente com a poluição sonora e ambiental, matando os nossos rios, flora, vitimando os peixes, os passáros, como se isso não bastasse, vemos agredida a nossa Casa, que deveria ser um espaço livre, porque livres também deveriam ser todas as vozes de todas as Nações, dos homens que por aqui passam.

Somos contra essa cerca, não pelas grades ou pelo que ela representa, mas porque somos, a princípio contra qualquer cerca ou qualquer limitação das liberdades e das garantias humanas!

Senhor Presidente, Senhor Deputados, queremos deixar aqui o registro da nossa posição, e dizer que temos um Projeto de Resolução encaminhado à Mesa, que virá a Plenário pedindo a esta Augusta Casa, ao Senhor Secretário e Senhores Deputados, que ao apreciarem esta matéria dêem-lhe o conteúdo romântico que ela merece. Se esta Casa já foi cercada pelos batalhões que vieram com as cercas das metralhadoras, dos cassetetes, das botas, com as cercas

que queriam cercear e cercar a inteligência humana, não podemos permitir, agora, que ela seja cercada do frio, do morto e do sem vida, das grades sem cores que certamente iriam desfigurar ainda mais o nosso Poder Legislativo.

Esta praça deve ser livre para que mais livre ainda sejam os representantes do povo neste Poder, porque ela é a fonte de inspiração de liberdade, e a cerca cerceia as liberdades e a imaginação de quem quer que seja.

Senhor Presidente, Senhor Deputados, pela crianças que freqüentam o Centro Cívico, pelos jovens que por aqui passeiam, pelo idoso que só por ser idoso já é sábio, que por aqui também participa da vida da cidade, por eles e por nós, abaixo a cerca!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate. (Ausente).

Não se encontrando em Plenário, concedo a palavra ao nobre representante do Sudoeste, Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhora e Senhores colegas Parlamentares. Iniciamos esta semana sem nenhuma surpresa.

Esperávamos um milagre do céu e que fosse anunciada pelo relator Bernardo Cabral, uma nova esperança contemplada no Projeto da nova Constituição brasileira. Mas não, o Projeto de Constituição apresentado pelo Relator do PMDB, Deputado Bernardo Cabral, privilegia e mantém os privilégios dos favorecidos pelo sistema vigente no País.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que fez da nova Constituição o carro-chefe da sua pregação, durante vinte anos, demonstrou o quanto é competente em matéria de demagogia.

Prometeu tantos e tantos avanços, mas no projeto apresentado pelo seu Relator se percebe que tudo continuará como está e para pior.

Os direitos dos trabalhadores foram esquecidos, e também esquecida foi a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; foi esquecida a estabilidade no emprego; a Reforma Agrária só será feita se os ditos proprietários concordarem. As multinacionais estarão mais livres, ainda, para nos rapinarem.

Os avanços contidos no Estatuto do PMDB e no seu programa, pelo jeito jogados no lixo com a divulgação do programa do Relator Bernardo Cabral.

O PMDB traiu o povo. Enganou os trabalhadores, porque com maioria absoluta na Constituinte ele não fez o mínimo que se

poderia esperar dele pelo seu passado. Depois de apoiar José Sarney, trair as diretas, arrochar salários, fazer a contra Reforma Agrária e enganar como fez com o Plano Cruzado, montou uma Constituição que favorece os grandes grupos econômicos. É de se perguntar o que sobrou do PMDB. Sobrou um monte de destroços de um barco construído de papel e pintado como sendo barco da salvação nacional. Hoje, este barco afunda e junto com ele a Nação Brasileira, perplexa diante da mentira e da incompetência.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, aquele que tem maioria na Constituinte, elegeu o seu Presidente, elegeu o seu Relator, tem maioria em todas as Comissões e o que está ele fazendo? Apresenta à Nação um projeto de Constituição que avilta a soberania da Constituição e da Nação Brasileira.

Sem argumentos para cobrir a vergonha que o cerca, esse Partido inventa a briga em torno do sistema de Governo. A briga entre Presidencialismo e Parlamentarismo, nada mais é do que uma fórmula já vista no passado de rearranjo das forças reacionárias que hoje e sempre estiveram no poder.

Em 1984, tivemos o conchavo com o PDS, e em 1987, conchavo com os militares, pois tem-se por certa a indicação de Leônidas Pires para 1º Ministro desta República e se não for Leônidas Pires, será Ulysses Guimarães. E qual a diferença entre eles?

Senhoras e Senhores, não foi Ulysses Guimarães quem defendeu a aplicação da Lei de Segurança Nacional?

Portanto, não há diferença entre Leônidas Pires e Ulysses Guimarães num sistema Parlamentarista.

Não foi o mesmo Ulysses Guimarães por acaso, que mandou a Polícia bater nos trabalhadores na última greve geral quando respondia pela Presidência da República interinamente?

O Parlamentarismo e seis anos para o Presidente José Sarney são provas da demonstração de incompetência do PMDB que tem o controle de tudo em administrar este País. Com o medo das diretas, onde seria varrido dos votos que conseguiu graças ao aluguel das inteligências pelo Plano Cruzado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica que está com a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

E as falsas promessas que o PMDB praticou se abraçando ao diabo, estabelecendo morada definitiva no inferno de onde será tirado pela população com a mesma fúria com que foi colocado erradamente no Poder,

posição que nunca fez por merecer.

O Partido dos Trabalhadores, reunido neste final de semana em Brasília, em reunião do seu Diretório Nacional, decidiu manter a sua posição cerrada de repúdio a José Sarney, e à Nova República, como aos partidos que os sustentam; posição de denunciar o caráter reacionário dado ao texto constitucional ora apresentado, ressaltando-se raras e pequenas exceções; decidiu conclamar todos os trabalhadores, e inclusive os trabalhadores integrantes desta Casa, a se organizarem e manifestarem, saindo às ruas para tentar salvar alguns pontos da Nova Carta; decidiu denunciar o rearranjo das Forças que estão no Poder através do Parlamentarismo e dos seis anos a José Sarney, numa demonstração de que o PMDB tem medo, hoje, dos votos que o levaram ao Poder; decidiu também denunciar que a discussão do Sistema do Governo é uma farsa para esconder os reais interesses dos trabalhadores, que foram esquecidos do novo texto e que haviam sido garantidos nas Subcomissões e, posteriormente, na Comissão de Ordem Social, como a jornada de 40 horas e a estabilidade no emprego.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é de se perguntar de onde e quando virão as mudanças em que a população e a Nação brasileira tanto acreditaram e que há muito tempo esperam?

Muito obrigado, Senhor Presidente e muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrado a Hora do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

A mesa consulta o nobre Deputado Pedro Tonelli se vai usar o Horário da Liderança. Declina.

Havendo declinado a Mesa consulta a Liderança do PL se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Confesso que, assim como ilustres Deputados que me antecederam, estou bastante preocupado com os desencontros que a Assembleia Nacional Constituinte está a nos apresentar e creio ser este o mesmo sentimento da maioria do povo brasileiro, uma vez que a esperança de uma Constituição à altura de nossas aspirações vai desaparecendo à medida que os fatos chegam ao conhecimento dos brasileiros.

Depois de uma verdadeira maratona, onde a contribuição popular enfrentou a enorme dificuldade de "lobbies" bem estruturados, nossos Constituintes estão se preocupando com o poder de síntese de um único homem, o relator Bernardo Cabral,

cujas idéias, segundo vem se observando, não espelham a maioria dos sonhos e aspirações de nossa gente.

O desencontro entre o substitutivo do Senhor Bernardo Cabral e o retrato pretendido de uma Constituição aos moldes do que pretende a Nação, está preocupando a todos nós, homens públicos e representantes de várias comunidades que nos procuram para registrar esta preocupação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, chegamos a uma tal situação que o que se pretendeu hoje, pode não estar no papel amanhã, contrariando justamente a promessa de que as aspirações populares seriam ouvidas com o máximo interesse. O que estamos vendo porém, são as pressões de todos os lados a se canalizarem para um único cidadão, no caso do Senhor Bernardo Cabral, "todo-poderoso responsável" por um texto que vai representar o nosso futuro como Nação.

As pressões e os jogos de interesses, conforme bem se pode notar pelo que diariamente anuncia a imprensa, mostram que vivemos uma crise das mais sérias, havendo necessidade urgente de que nossos Constituintes revejam conceitos e enfrentem com todas as forças, a montagem de um pano de fundo capaz de encobrir as reais intenções de determinadas decisões da Constituinte.

O substitutivo do Senhor Bernardo Cabral já mostrou que precisa ser reexaminado, igualmente os conceitos que determinados setores pressionam para se transformarem em realidade.

Nesta luta de interesses, observamos que o povo está esquecido.

Senhores Deputados, na condição de professor, entre outros chamam-me a atenção os problemas da educação. Ainda há poucos dias, desta mesma tribuna, alertei para a necessidade de se preservar conquistas do Magistério, em defesa de outros objetivos que visam favorecer o ensino e aqueles que com eles se envolvem.

Vejo, porém, que esta luta parece ser inglória, pois já se radicalizaram posições e determinados círculos de pressão e o substitutivo do Senhor Bernardo Cabral não consulta os interesses do ensino no País.

Assim, sabendo que em sua poderosa lavra estará a esperança brasileira neste campo de educação, é que me manifesto preocupado. Precisamos agir como homens públicos pressionando também os nossos Constituintes. Que eles se conscientizem do importante papel que precisam desempenhar, agora mais do que nunca, sob pena de que conquistas legítimas e aspirações justas, principalmente da educação, sejam sepultadas na falta de interesse de uns poucos contrariando a muitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o representante do PDT.
Com a palavra, o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.
(Lê): (Fotocópia anexa).

"UMA SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA HABITACIONAL"

Um estudo realizado pela Associação dos Dirigentes de Empresas Imobiliárias - ADEMI, mostrou que o problema habitacional brasileiro pode ser solucionado.

Segundo os cálculos dos técnicos que estudaram o problema, a solução é justamente vender os imóveis mais baratos.

Os estudos mostraram que se o governo baixar os juros dos financiamentos, ele venderá mais imóveis e atenderá uma fatia muito maior da população.

Sintetizando: o governo ganharia menos por imóvel vendido, mas acabaria lucrando mais por vender em grande quantidade.

A solução proposta pela ADEMI é a mostra utilizada pelos comerciantes há milhares de anos - desde os tempos bíblicos - até as promoções que as lojas fazem nos dias de hoje.

O relatório encaminhado ao governo mostrou que num prazo de dez anos todos os rombos do sistema financeiro de habitação serão totalmente cobertos e o sistema estará saneado.

A fórmula, sem dúvida, tem funcionado e a instituição que realizou os estudos é séria e competente.

A proposta se posta em prática, também resolveria o problema do trabalhador brasileiro, que poderia comprar um imóvel mais barato.

Assim, a solução apontada agradaria a todos e traria benefícios para todo mundo.

Hoje, os financiamentos estão tão caros que para se comprar uma casa popular é preciso uma renda familiar altíssima, em alguns casos na faixa de Cz\$ 15 a 20 mil cruzados.

Em outras palavras, na atual conjuntura é impossível um trabalhador assalariado adquirir uma residência própria.

Deve ser ressaltado, também, que o estudo da ADEMI mostrou que o dinheiro que o governo tem hoje guardado no Banco Central daria para construir mais de 100 mil casas populares.

Esse dinheiro, é bom lembrar, é originário das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Porém... e sempre tem um porém, na história brasileira, esse dinheiro está sendo guardado pelo governo para ajudar a cobrir o tal do déficit público.

Como o governo gasta mais do que arre-

cada, a saída é lançar mão do dinheiro que seria usado em favor dos trabalhadores brasileiros.

É por isso que desde que José Sarney assumiu a Presidência da República, o Sistema Financeiro da Habitação praticamente não construiu mais nada.

É porque o dinheiro que poderia e deveria ser usado para construir casas para os brasileiros, está sendo usado para cobrir os rombos causados pelo empreguismo, pela incompetência e pela corrupção que domina a administração pública em nosso País.

Quem tiver dúvidas que procure se inteirar do relatório do Tribunal de Contas da União sobre os gastos das empresas públicas.

Mas, para finalizar o assunto, o dinheiro para a construção de casas populares, existe.

Os especialistas mostram que o sistema é viável, desde que o imóvel seja vendido com juros mais baixos.

Os estudos mostram que o Sistema Financeiro de Habitação pode em dez anos estar saneado e em pleno funcionamento.

Pode-se construir, de imediato, 100 mil casas populares para os trabalhadores brasileiros.

Resta agora ouvir somente uma manifestação oficial do Governo Federal, através do Presidente José Sarney e de seus Ministros.

Vamos ver o que tem a dizer um governo que se orgulha de dizer em suas propagandas que "é um governo que faz tudo pelo social".

(Termina de ler).

Nós queremos ver então prevalecer esta palavra de ordem do Governo Federal que diz fazer tudo pelo social, mas esquece que o trabalhador brasileiro, que o assalariado, está sem o seu teto, está sem a sua moradia, quando se sabe que nos cofres do Tesouro tem muito dinheiro a ser gasto nesta área, porém, lamentavelmente, não se vê uma política voltada para o bem-estar do trabalhador brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Liderança do PT. Declina.
Havendo declinado, consulto a liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, consulto a liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a liderança do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, está encerrado a hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei que institui a Loteria Esportiva do Estado, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. À Comissão de Constituição e Justiça, para juntar ao Projeto.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 249/86, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que denomina Atílio Mezzon, o trecho da rodovia PR-575, que liga a sede do Município de Nova Aurora ao seu Distrito de Palmitópolis. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 116/86 de 15.10.86).

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 121/87, de autoria do ANTONIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apucarana, com sede e foro no Município de Apucarana. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 122/87, de autoria do Deputado ANTONIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Doutor Camargo, com sede e foro no Município de Doutor Camargo. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 139/87, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA, com sede nesta Capital. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n. 39/87 (Mensagem n. 42/87 - ex-Proposição n. 50/87), oriundo do **PARECER FAVORÁVEL** da

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 27.08.85 e 28.10.86, de revogamento de Convênio n. 63/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior, com a TELEPAR, o Município de Curitiba e o IPPUC, objetivando a execução do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas - UNIBASE". **VORÁVEL**, opinando-se pela sua **APROVAÇÃO**.

2.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Resolução n. 40/87 (Mensagem n. 45/87 ex-Proposição n. 53/87), oriundo do **PARECER FAVORÁVEL** da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de 28.04.87, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com intervenção da Polícia Militar, e o Município de União da Vitória, objetivando a fiscalização do cumprimento das disposições referentes ao Estabelecimento Regulamentado nas vias do Município. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 113/87, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tupãssi, com sede e foro no Município de Tupãssi. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 71 de 24.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 113/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Sabino Campos, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tupãssi, com sede e foro no Município de Tupãssi.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é **FAVORÁVEL**, opinando-se pela sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 118/87, de autoria do Deputado ANTONIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. 72 de

25.06.87)).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 118/87

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Bárbara, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 163/87, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jesuítas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 83 de 13.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 163/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Sabino Campos, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Jesuítas.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do

expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valdo Luchemeyer, ocorrido no dia 10 de setembro do corrente ano, no Município de Santo Antônio do Sudoeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Marcos Freire, ocorrido no dia 08 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Plínio Stadler, do Município de Palmeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto n. 112/87, de sua autoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n. 47/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 236/87, que objetiva instituir a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 203/87, que declara de Utilidade Pública a Federação de Associações de Moradores do Paraná - FEMOPAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado Regional do Trabalho do Paraná, encarecendo o envio de mais fiscais daquela delegacia ao Município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, com a finalidade de viabilizar a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Dr. Camargo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Defensoria Pública do Paraná pelo trabalho que vem desenvolvendo no atendimento às pessoas que necessitam de seus serviços.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, buscando viabilizar a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Formosa do Oeste. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, buscando viabilizar a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Santa Fé. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, com o objetivo de viabilizar a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Mandaguari. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo lançamento dos Jornais "O Jornal de Sarandi" e o "Jornal de Marialva". **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no Projeto Mutirão Habitacional, do Município de Presidente Castelo Branco. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando a criação de uma Comissão, formada por três (3) Deputados, da região do Norte Pioneiro, para dirigir-se ao Estado de São Paulo, para uma audiência com o Senhor Secretário de Transportes daquele Estado, no sentido de reivindicarem o asfaltamento da Rodovia PR-272, entre a divisa do Paraná até a cidade de Itaporanga-SP. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, a fim de que o mesmo interfira junto a PARANATUR para que sejam instalados dois postos de informações turísticas no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do

expediente, solicitando o envio de Protocolo de Intenções da CAPEG aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, visando a assinatura do Protocolo de Intenções para atendimento aos anseios de uma produção econômica e racional com pesquisas dirigidas à Agropecuária Sudoestina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado encarecendo a revisão nas tabelas de vencimento das Polícias Civil e Militar, de forma que haja uma correspondência de vencimentos entre ambas. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Raul Lopes e Acyr Mezzadri, constante do expediente ao Senhor Governador do Estado, pleiteando a construção de um quartel para o Corpo de Bombeiros do Município de Campo Largo. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Radialista". **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo informações sobre as pensões pagas às viúvas "Marajás do IPE", conforme denúncias do Jornal "Folha de Curitiba". Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da estrada Municipal Paraná, que liga o Município de Formosa do Oeste à localidade de Aymorés. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Classe dos Radialistas do Paraná, pela passagem do Dia do Radialista. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do D.N.E.R., encarecendo

providências para melhorar a sinalização existente na Rodovia BR-277, no trecho entre os Municípios de Curitiba à Paranaguá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor de Segurança Pública, pleiteando a remessa de uma viatura para o Módulo Policial do Município de Castro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, pleiteando a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, no Município de Palmeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do Banco do Brasil, Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Governador do Estado e ao Secretário da Agricultura e Abastecimento, e aos Prefeitos, Presidentes das Câmaras Municipais e Presidentes dos Partidos Políticos da microrregião do sudoeste, encarecendo abolição da exigência de manutenção saldo médio e aplicação em títulos do Banco do Brasil, aos usuários do crédito agrícola. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Radialista. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Folha FM, do Município de Londrina, pela liderança de audiência. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do documento intitulado Aos Cristãos da Diocese de Umuarama, publicado pelo Núcleo Básico de Coordenação dos Cursinhos de Cristandade, da Diocese do Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, comunicando que o Senhor Leonel Brizola, não poderá estar presente à sessão de entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná, no dia 15 de outubro do corrente ano, em razão de sua viagem ao Senegal. **Cancele-se a data.** Ao Cerimonial para tomar as devidas providências.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do pronunciamento em anexo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura, Fazenda e Planejamento, reivindicando a liberação recursos para o custeio da atual safra paranaense. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e demais autoridades, encaminhando "Carta do Paraná", documento extraído do "2º Encontro Nacional de Pequena e Microempresa", realizado nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da "Carta do Paraná", extraída do "2º Encontro Nacional de Pequena e Microempresas", realizado nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Senhores Governador do Estado, Secretário da Indústria e Comércio, Presidente do BANESEDO S/A, e demais autoridades, apresentando agradecimentos pelo empenho e colaboração quando do "2º Encontro Nacional de Pequena e Microempresa", realizado nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta casa do artigo intitulado "Dia da Árvore. Um Grito de Socorro", publicado no Jornal Agrícola, de "O Estado do Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando estudo da possibilidade de criação de fábrica de móveis nas penitenciárias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos promotores da 1ª FEIMAR - Feira da

Indústria Maringense. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Educação e Secretário da Educação, solicitando a concessão de maior número de bolsas de estudo para os alunos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Educação e Secretário da Educação, solicitando a concessão de bolsas de estudo para os alunos da Fundação Faculdade de Ciências e Letras do Município de Mandaguari. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça encarecendo estudos para a criação da Comarca de Mandirituba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de um posto de serviços no bairro "Jardim Alvorada" no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando audiência da Comissão de Educação às Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n. 53/87, com a participação de representante da Associação dos Professores do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Samuel Silveira pela homenagem recebida do Clube da Imprensa do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso da 24.^a Semana Farroupilha e Jubileu de Prato do CTG 20 de setembro, desta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Antônio Celso Nunes Nassif pela brilhante eleição para presidente da Associação Médica Brasileira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Relator da Constituinte solicitando a exclusão, no substitutivo, do artigo que acaba com a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 121/87, 122/87 e 139/87; e dos Projetos de Resolução n.ºs 39/87 e 40/87.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 113/87, 118/87, 163/87.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 41/87 a 44/87; do Projeto de Lei n.º 219/87

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALEXANDRE CERANTO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1.987.

"NÚCLEO BÁSICO DE COORDENAÇÃO DOS CURSINHOS DE CRISTANDADE

DIOCESE DE UMUARAMA

Umuarama, 12 de agosto de 1987.

Aos Cristãos da Diocese de Umuarama:

Tendo como objetivo tentar moralizar os programas, novelas e comerciais apresentados pelas redes de televisão no Brasil, propomos a todos que um dia passaram pelo M.C.C. e aos que fazem deste Movimento um instrumento de evangelização, e a todos os cristãos que no dia 12 de outubro de 1987, todos desliguem seus aparelhos de TV em toda a Diocese.

Será nosso protesto, pois as mensagens imorais e indecentes que predominam na televisão brasileira estão conseguindo destruir os valores morais, evangélicos e patrióticos que procuramos incutir em nossas famílias.

Os valores familiares estão sendo trocados pelo divórcio, amor-livre e desrespeito à hierarquia familiar, trazendo como consequência, até nas famílias bem estruturadas, mães solteiras, drogas e maus costumes; a fé, a religião, os padres e religiosos são ridicularizados e nós, sendo coniventes, rindo com eles; a violência e o crime sendo ensinados, dos inocentes

desenhos animados aos filmes; até a campanha contra a AIDS, necessária mas inadequada, vem pregando falsos valores.

Não podemos mais nos calar!

Se todos nós, cristãos, levarmos essa proposta a todos os nossos irmãos em nossos ambientes e desligarmos nossos televisores, talvez sejamos ouvidos!

É importante que fique bem claro que somos nós os telespectadores que mantemos a audiência e a razão de ser desse ou daquele programa, novela e dos comerciais, são produtos que estão à venda, dependem da nossa aceitação.

Vamos nos unir e propagar o nosso protesto, não contra os meios de comunicação, mas sim contra o mau uso que deles fazem!

(aa) D. JOSÉ MARIA MAIMONE

Bispo Diocesano - Diretor Espiritual

Frei CLEMENTE VENDRAMIM

Diretor Espiritual

Sebastião Machado - Secretário

Lauro Assi - Presidente

COMPROMISSO

Conforme explicamos em carta anexa, vamos nos comprometer e nos mobilizar contra o ataque de valores anti-evangélicos da televisão brasileira fazendo em toda a Diocese o seguinte protesto concreto:

UM DIA SEM TELEVISÃO

DIA 12 DE OUTUBRO DE 1.987

- Todas as Paróquias da Diocese deverão levar esse compromisso ao povo católico ao seu alcance através de avisos nas missas, encontros, palestras, mobilizando todos os movimentos tais como: Cursilhos, Encontros de Casais e Jovens, Legionários, Marianos, Apostolado, Vicentinos, CEBs, Grupo de Reflexão etc.

- Que se faça de todas as formas possíveis a propaganda desse dia de protesto em jornais e emissoras de rádio etc.

- Que todas as pessoas que assumirem conosco este compromisso, enviem cartas às Redes de Televisão comunicando sua adesão ao dia de protesto.

- Para as firmas que patrocinam tais programas, novelas ou propagandas, deverão ser enviadas cartas, comunicando que não compraremos os produtos por elas fabricados ou distribuídos, enquanto permanecerem patrocinando tais programas, novelas ou comerciais.

OBS: Esta comunicação à televisão ou às firmas poderão ser feitas em forma de abaixo-assinado. (As assinaturas deverão ter o número de um documento do assinante).

- Que as famílias nesse dia sem TV, organizem atividades para tirarem seus filhos de frente do aparelho de TV, principalmente os menores que poderão não entender o porquê.

Para que o compromisso não seja

quebrado, é importante que:

1. Você não se omite.
2. Não diga que não vai dar certo.
3. Não diga que não adianta.
4. Você faça a sua parte.
5. Você envie para o Núcleo Básico de Coordenação de Cursilhos de Cristandade da Diocese de Umarama, Caixa Postal, 774, o tipo de trabalho que realizou para que possamos fazer a avaliação.

CRISTO CONTA COM VOCÊ!

(aa) D. JOSÉ MARIA MAIMONE

Bispo Diocesano - Diretor Espiritual

Frei CLEMENTE VENDRAMIM

Diretor Espiritual

Sebastião Machado - Secretário

Lauro Assi - Presidente"

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NESTOR BAPTISTA, EM SESSÃO DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1.987.

Pronunciamento para o Excelentíssimo Senhor Deputado Nestor Baptista, Líder do Governo na Assembléia Legislativa do Paraná.

Da Assessoria de Imprensa

da Liderança do Governo

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Começamos a vivenciar no Paraná, com a implantação do Governo de Álvaro Dias, uma nova fase administrativa, onde o trato da coisa pública sofreu alterações radicais. A moralização da administração pública representa, entre outras mudanças patrocinadas por Álvaro Dias, o início de um novo tempo no funcionalismo do Estado, onde cada servidor está aprendendo, com o exemplo lúcido e firme de seu Governador, que servir ao povo é tarefa nobre, e que zelar pelo patrimônio público nada mais significa senão uma obrigação mínima, inerente à própria personalidade de cada cidadão.

Devemos lamentar, no entanto, que nem todos os servidores públicos tenham esta mesma compreensão digna e honesta do que significa ser um servidor público. E, mais ainda, que os membros do funcionalismo aproveitem-se de dispositivos legais, formulados com intenções sérias pelo legislador, para burlar a lei, prejudicando a população. Isto quando não contrariam diretamente a lei, percebendo por serviços que não prestam, recebendo por atividades que não exercem, ganhando pelo trabalho que não desenvolvem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamentavelmente um paranaense desejou dirigir este Estado, que foi prefeito desta Capital, embrenhou-se no campo da imoralidade da função pública. Trata-se do ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, candidato que as Oposições desejaram ver

ocupando a vice-governança do Estado do Paraná.

Político sem qualquer estrutura ideológica, Jaime Lerner nadou do apoio à ditadura militar, como prefeito biônico de Curitiba a militante do Socialismo moreno do ex-Governador Leonel Brizola. Curitiba o teve como prefeito porque naquele momento não se permitia à população dizer que não o queria como prefeito da Capital. E o povo de Curitiba teve a oportunidade de fazê-lo nas eleições de 1985.

Jaime Lerner não tinha compromisso com o povo de Curitiba, mas sim com os setores da sociedade que o apoiaram, e assim governou Curitiba. Esqueceu-se dos bairros e enfeitou o centro. Deixou as valetas de esgoto abertas nos subúrbios da Capital, mas encheu de acrílico os locais de lazer da alta sociedade.

Mas a administração de Jaime Lerner o povo de Curitiba já julgou. E, ao fazê-lo, não permitiu que retornasse a ocupar o cargo de prefeito. O prefeito Roberto Requião está fazendo uma bela e competente administração para provar ainda mais que o povo não se equivocou em 1985.

Ocorre que agora, talvez irado por não poder voltar ao cargo de prefeito, para continuar seus desmandos e favorecimentos, como na Conectora 5 ou nos contratos fraudulentos com as empresas de transporte coletivo, Jaime Lerner volta à tona, denunciado pela prática irregular como manter seus vínculos empregatícios. Jaime Lerner consegue manter dois empregos públicos em Curitiba, embora passe a maior parte do tempo fora desta Capital.

O arquiteto Jaime Lerner é funcionário da Universidade Federal e da Prefeitura Municipal de Curitiba. Frauda o cofre público duas vezes, portanto, já que não trabalha em nenhum de seus empregos. Lerner recebe ainda vultosa soma para servir ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Conforme notícias veiculadas nos jornais "O Globo", "Jornal do Brasil", "O Estado do Paraná" e "Indústria e Comércio", no período compreendido entre 1983 e 1987, fica comprovado que o prefeito recebeu, de forma imoral, salários em períodos que não esteve trabalhando. Para apresentar apenas uma prova incontestável deste mar de irregularidades que cerca o currículo de Jaime Lerner, apresento o ofício encaminhado no dia 27 de setembro de 1983, cuja cópia foi veiculada pela revista "Paraná em Páginas", edição de setembro último, que afirma ter o funcionário público Jaime Lerner comparecido em período integral do dia 23 de março de 1983, até 31 de agosto de 1983. Ora, Senhores Deputados, neste período Jaime Lerner esteve em quase todos os lugares imagináveis, menos na Universidade Federal do Paraná, trabalhando.

Recortes de jornais da época, arquivados, demonstram que Jaime Lerner esteve no Norte do País, no Rio de Janeiro durante semanas, fez viagem à Itália, e a diversos pontos do País.

Mas não é só isto. Jaime Lerner usufrui de um apadrinhamento ilícito dentro da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, o ex-Reitor Alcy Ramalho, também envolvido com irregularidades na Justiça, solicitou Jaime Lerner para ficar com disponibilidade integral na Reitoria da Universidade. Certamente assim Jaime Lerner poderia ficar ausente da Universidade, sem ser molestado por estudantes sedentos de aulas.

Mas as irregularidades de Jaime Lerner como servidor público não se encerram na imoralidade de receber da Universidade sem trabalhar. Vão adiante. Jaime Lerner também é funcionário da Prefeitura de Curitiba. Como verificou ser fácil ficar na Universidade sem receber, requisitou, e foi atendido por seu amigo Alcy Ramalho, que o solicitou junto à Prefeitura Municipal de Curitiba para ficar à disposição da Universidade. E, pasmem, em um primeiro momento com ônus para a municipalidade de Curitiba. Senhores Deputados, quem já recebia um gordo salário de professor titular da Universidade Federal, sem trabalhar, passou a receber o salário da Prefeitura de Curitiba, também sem trabalhar, e agora escondido na proteção do seu amigo, ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ficamos estarelecidos em saber que esta situação persiste até hoje. A União, através do salário que o paga na Universidade, e a Prefeitura de Curitiba, estão sendo lesadas pela falta de escrúpulos deste mau político, péssimo funcionário público e homem de caráter contestável.

O nosso apelo ao Prefeito Roberto Requião, que já tomou conhecimento do assunto e que providencia as medidas cabíveis, e ao Reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Riad Salamuni, eleito com o voto da comunidade universitária e comprometido com a austeridade que sempre norteou sua vida pública, para que dêem fim a este processo de fraude aos cofres públicos, patrocinado pelo Senhor Jaime Lerner.

Muito obrigado."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1987.

"CARTA DO PARANÁ

Os representantes de micro e pequenos empresários reunidos no II Encontro Nacio-

nal de Pequena e Microempresa, realizado nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em face à crise econômica e financeira, encaminham às autoridades nacionais, as seguinte reivindicações:

- Implantar a nível nacional ou municipal o extensionismo urbano à microempresa, a exemplo do que ocorre na área rural, como alternativa de um trabalho de educação associativista e de assistência técnica a microempresários das áreas formal e informal;
- Que seja criado o Ministério da Microempresa, cujo titular será indicado pelos órgãos representativos da categoria;
- Implantar a nível escolar, a partir do terceiro ano do primeiro grau, em disciplina específica, matéria sobre educação e organização associativista;
- Que seja dada nova redação ao Art. 244, do atual substitutivo à nova Constituição, nos seguintes termos:
"A microempresa é isenta de todos os tributos, taxas e obrigações parafiscais, a níveis federal, estadual e municipal, tendo tratamento diferenciado e favorecido para acesso a créditos subvencionados e a fornecimento de bens para órgãos públicos.
- § 1.º - O parâmetro para classificação de microempresa é no mínimo com faturamento anual de 10.000 (dez mil) OTNs, valor vigente à data da promulgação da Constituição, atualizável semestralmente de acordo com a variação da inflação."
- Que haja a participação de representantes da micro e pequenas empresas, no Conselho Monetário Nacional;
- Que haja padronização das moedas estruturais vigentes no Brasil, como padrão referencial único no sistema monetário nacional;
- Implantar com obrigatoriedade a participação de representantes das micro e pequenas empresas (indicadas pelas Associações ou Federações nos Estados onde existir) junto aos Conselhos dos CEAGs estaduais, assim como nos Conselhos de Desenvolvimento Estaduais;
- Que parte da renda da Loteria Esportiva e Loto seja destinada à capitalização das micro e pequenas empresas;
- Que 40% (quarenta por cento) de todos os recursos destinados às Superintendências de Desenvolvimento Regionais sejam destinados às micro e pequenas empresas nas respectivas áreas;
- Que se substitua o Instituto de Garantia Real pelo seguro de crédito;
- Que seja concedida moratória de 2 (dois) anos para as pequenas e microempresas;
- Que os empréstimos contraídos mediante repasse de recursos do BNDES (Pró-Micro,

POC e FINAME) sejam corrigidos pelo reajuste "pró-rata temporis";

- Que seja criado o FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO SOCIAL, com recursos do fundo social existente ou que venha a existir, com o crédito tributário e parafiscal que a União, Estados e Municípios tenham nas empresas privadas, ficando os beneficiários deste recurso obrigados a aumentar o seu capital social na proporção direta dos benefícios auferidos;

Conclui-se que a FALÊNCIA, o DESEMPREGO e a ESTATIZAÇÃO generalizados podem pôr em risco a estabilidade das instituições democráticas. Entende-se que só será possível a implantação de uma democracia permanente se adotarmos um sistema político e econômico de co-responsabilidade entre GOVERNO E POVO, EMPREGADOS E EMPRESÁRIOS, CREDITORES E DEVEDORES.

Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 18 de setembro de 1987.

(aa) LINDOLFO JÚNIOR

Deputado Estadual e Coordenador do Evento

PEDRO CASCAES FILHO

Presidente da CONAMPE

ERCÍLIO SANTINONI

Presidente da FAMEPAR."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO COSTENARO NETO, EM SESSÃO DO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1987.

DIA DA ÁRVORE

UM GRITO DE SOCORRO

Na próxima segunda-feira, dia 21, comemora-se em todo o País, o Dia da Árvore. Uma homenagem que se mantém viva sob olhares inescrupulosos.

Júlio Tarnowski Júnior

Esta data pode ser uma chamada de alerta, para todos nós. Os problemas ocasionados pelos criminosos desmatamentos no Paraná e em todo o Brasil são sérios e incontroláveis. Algumas consequências já são previsíveis, outras não. Espécies da flora e da fauna vão desaparecendo todos os dias e os registros ficam somente nos livros, jornais e memórias dos que se preocupam com o problema.

O governo parece querer recuperar a falta de fiscalização e sua "co-participação" nesses desmatamentos. No Paraná, o governo realiza e propõe programas para amenizar os graves problemas ecológicos do Estado. A Associação Paranaense de Apicultura (APA), em matéria da página central desta edição, propõe produzir e distribuir em todo o Estado, cinco milhões de mudas de árvores melíferas até o ano 2.000. Mas além de se preocupar com o Paraná, o Presidente da APA, Sebastião Gonzaga, lembra

que a Amazônia, também está enfrentando o mesmo processo do Estado.

SITUAÇÃO GRAVE

Restam no Paraná apenas dois por cento de cobertura vegetal. Os mais otimistas dizem que é cinco. Mas na realidade, os dois números são insignificantes e demonstram a inconsequente devastação ecológica sobre as florestas do Estado.

O Jornal Agrícola, de 8 de maio deste ano, através da reportagem "A agonia das florestas", mostrou que em muitas regiões do Paraná, o quadro chega a ser apavorante.

Nas microrregiões de Maringá e Londrina, por exemplo, as florestas nativas ocupam somente 0,5 por cento do território.

Segundo informações do engenheiro florestal, Luiz Sérgio Knopki, coordenador de desenvolvimento florestal do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF) e da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB) a situação dos recursos florestais no Paraná é altamente preocupante. Entre algumas considerações, ele diz que a nível de País, em consequência do desmatamento, 86 espécies de animais silvestres estão seriamente ameaçados de extinção. No Paraná, entre as espécies que correm risco de serem totalmente extintas, encontramos a jacutinga, macuco, papagaio chuiá, bugio, jacaré, irara, onça (que entre os felinos é a mais ameaçada em razão de requerer grandes espaços territoriais), anta, veado e outras.

Sobre as consequências ao solo, ele traça dois parâmetros; antes e atualmente. Na questão de fertilidade, o solo era considerado como bom, possibilitando-se culturas anuais. Hoje a fertilidade é baixíssima, sem matéria orgânica, inviabilizando culturas anuais em grandes extensões. Em termos de profundidade - horizonte agrícola dos solos - a média era de 60 centímetros. Atualmente esse horizonte agrícola não passa 20 centímetros do original, face à erosão. Outro fator considerado de suma importância para o solo é a microbiologia, que anteriormente era intensa e generalizada. Hoje ela quase inexistente.

LENÇOL FREÁTICO

As consequências sobre o regime hídri-

co, ainda são mais preocupantes. Hoje o rebaixamento do lençol freático é 100 vezes superior. Ao contrário, anteriormente, para se encontrar água embaixo do solo era preciso cavar dois metros de profundidade, contra os 200 metros atuais.

Com relação ao sistema eólico no Paraná os ventos alcançavam velocidades entre 40 a 60 quilômetros por hora e hoje variam entre 80 a 120 quilômetros por hora.

O Paraná possuiu hoje, cerca de 4.555 indústrias distribuídas nos setores moveleiro, de papel e celulose e de madeira que ocupam 74.228 empregados. Estima-se que estas indústrias consomem mais ou menos 1 milhão e 600 mil metros cúbicos de madeira por ano. Segundo os dados fornecidos pelo engenheiro florestal Luís Sérgio Knopki, para que essas indústrias operem a um nível de 50 por cento de sua capacidade, há necessidade de uma produção anual de 2 milhões de metros cúbicos de madeira. Ainda dentro de uma estimativa mais abrangente do consumo de lenha para fins comerciais, residenciais, industriais e agroindustriais, o Paraná consome cerca de 11 milhões de estéreos/ano. A maior parte ou quase a totalidade dessa lenha é oriunda de florestas nativas na maioria das vezes transportadas a longas distâncias, mais de 200 quilômetros.

PRESERVAR E AMPLIAR

O próprio técnico do ITCF e da Seab, Luiz Sérgio Knopki, aponta algumas necessidades para enfrentar esses graves problemas, causados pelo desmatamento indiscriminado nos últimos anos no Paraná. "Não se pretende sonhar com a recomposição da flora original do Estado em níveis pré-fixados (20 a 25%), mas sim, preservar o que remanesceu e ampliar a cobertura florestal a partir da definição de áreas prioritárias", citando como exemplos, florestas em áreas de preservação permanente e de implantação de florestas produtivas.

Seriam necessários, além da integração dos diversos órgãos de governo, a participação do consumidor e do produtor rural. O técnico argumenta ainda que não se buscará a competição com a produção de alimentos, para se reflorestar áreas no Estado, "mas sim, aproveitar espaços rurais não utilizados, que tenham vocação florestal".